

1 Ata da reunião extraordinária nº 1579
2 do Conselho de Administração da
3 Universidade Estadual de Londrina -
4 UEL, realizada no dia 09 de julho de
5 2025.

6 No dia nove de julho, do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14h30, na
7 sala dos Conselhos, reuniu-se extraordinariamente o Conselho de
8 Administração, sob a presidência da Reitora Profª Dra. Marta Regina
9 Gimenez Favaro, com a presença do Vice-Reitor Prof. Dr. Airton José
10 Petris e dos seguintes Conselheiros: Laura Taddei Brandini, João
11 Antonio Cyrino Zequi, Alex Eduardo Gallo, Silvano César da Costa,
12 Miguel Belinati Piccirillo, Andréia Name Colado Simão, Carrie Chueiri
13 Ramos Galvan, Edmilson Lenardão, Inês Cristina de Batista Fonseca,
14 Patrícia Mendes Pereira, Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, Orlando
15 Mendes Fogaça Júnior, Gildomar Santos Silva, Aurélio Pereira,
16 Pâmela Gomes de Ramos, Alécio Fontes, Ana Luisa Boavista
17 Cavalcante, José Luiz Alduan, Ana Márcia Tucci de Carvalho, Silvia
18 Meletti e Azenil Staviski. Convidados: Daniel Corrêa, Valdete de
19 Oliveira Mrtvi, Edmarlon Giroto, Alberto Duran Gonzales e Lisiane
20 Freitas de Freitas. **I. ORDEM DO DIA. 1) Processo 24.262.114-0 -**
21 **PROPLAN - deliberar acerca de pedido de apoio financeiro para**
22 **transporte de estudantes para participarem do Congresso**
23 **Nacional da UNE, que acontecerá de 16 a 20 de julho, em Goiânia**
24 **- GO. (Relator: Prof. Dr. Sérgio Carvalho.** A Reitora contextualizou
25 dizendo que este Conselho aprovou a constituição de um Grupo de
26 Trabalho (GT) para revisar a regulamentação de transporte para
27 atividades estudantis, visando maior segurança para estudantes e
28 instituição. Ficou acordado que nenhuma outra demanda seria
29 avaliada, a não ser as estritamente reguladas pela resolução em vigor,
30 até que a nova resolução fosse apreciada. Contudo, trouxe esta
31 solicitação de transporte dos estudantes para avaliação do Conselho.
32 Informou aos estudantes que a solicitação foi feita de última hora, com
33 o processo aberto no dia 3 e instruído em regime de urgência,
34 resultando em informações imprecisas, o que dificulta a avaliação pelo
35 conselho. Alertou para a necessidade de que as demandas cheguem
36 em tempo oportuno para garantir a segurança dos estudantes e da
37 instituição, pois a tramitação atual foi feita em tempo recorde e não
38 houve tempo hábil para solicitar informações complementares.
39 Questionou aos conselheiros se, apesar da precariedade das
40 informações, seria possível apreciar o processo, visto que o conselho
41 havia deliberado sobre a suspensão de novas avaliações até a
42 conclusão da nova resolução. Aurélio Pereira se posicionou pela não

1 discussão do processo, reiterando a decisão anterior do conselho de
2 não fazer apreciação de novas demandas até que a comissão
3 concluísse os trabalhos. Ressaltou que a reunião era extraordinária,
4 convocada para um fim específico (Revisão das Resoluções CA 180 e
5 163/2009) e não deveria ter sido incluído outro assunto. Apontou que o
6 pedido foi protocolado para um evento que ocorreria em breve, e que a
7 maioria dos pedidos dessa natureza tem chegado de última. A Reitora
8 reconheceu que houve um erro de encaminhamento por parte da
9 administração, pois não se recordava da condição instalada no
10 conselho de não avaliação de nenhuma matéria. Justificou que o
11 evento aconteceria no dia 16 e se não fosse apreciado nessa reunião,
12 não precisaria mais. Assumiu o erro e propôs colocar a discussão em
13 votação. Prof. Miguel Piccirillo argumentou que, como o assunto estava
14 na pauta, não via problema em discuti-lo, diferentemente de se tivesse
15 sido apresentado extra pauta. Reconheceu o combinado anteriormente,
16 mas lembrou que o próprio conselho já havia aberto exceção para o
17 Parlamento Universitário após esse combinado, justificando assim a
18 discussão do caso atual. Profª Laura Brandini disse que também não
19 se lembrava do combinado, mas, como o prof. Miguel, concordou que
20 a exceção já havia sido aberta para o Parlamento Universitário. Apesar
21 de considerar o processo "mal instruído", viu a presença dos estudantes
22 como uma oportunidade para obter as informações faltantes e propôs
23 ouvi-los. A estudante Pâmela Gomes pediu desculpas pela forma
24 caótica do processo, explicando que os estudantes estavam se
25 esforçando para entender os trâmites burocráticos e jurídicos.
26 Mencionou que o pedido resultava da união de três partidos opostos, o
27 que gerou atritos e "bagunças" no processo, mas se colocou à
28 disposição para esclarecer dúvidas. Prof. João Zequi destacou a
29 importância do GT para discutir situações que vão além da sala de aula,
30 como visitas técnicas, congressos e movimentos estudantis, que são
31 cruciais para a formação e amadurecimento dos alunos. Argumentou
32 que a universidade deve motivar e incentivar a participação dos alunos
33 fora dos portões e que, já que a regra foi "quebrada" para o Parlamento
34 Universitário, não há como tratar este caso de forma diferente.
35 Mencionou que o processo veio em cima da hora, mas que era uma
36 oportunidade para aprender com as falhas, e que não via impedimento
37 financeiro para a aprovação do valor de R\$18.000,00. Profª Inês
38 Fonseca questionou o parecer da PJU sobre esse tipo de autorização,
39 lembrando que a PJU havia indicado que o conselho estava correndo
40 riscos ao autorizar coisas que não eram possíveis. Enfatizou a decisão
41 do conselho de não analisar processos dessa natureza até que a
42 comissão apresentasse critérios claros sobre se os eventos eram

1 favoráveis à formação acadêmica ou tinham caráter político/ideológico.
2 Afirmou que o conselho estaria quebrando acordos e o regimento, e
3 que cada conselheiro tem responsabilidade financeira. A Reitora
4 reafirmou a autonomia do conselho para deliberar sobre o investimento
5 na participação estudantil, algo já feito em diferentes situações, e que
6 os riscos são considerados. Confirmou que o GT está trabalhando para
7 regular o que pode ser subsidiado. Profª Tânia Muniz esclareceu que
8 não conhecia o conteúdo específico do processo e confirmou que foi
9 uma decisão do conselho suspender análises caso a caso devido à
10 ausência de definição. Prof. Orlando Fogaça não considera a
11 possibilidade de análise do processo, haja vista o acordo feito por este
12 Conselho de aguardar os trabalhos da Comissão e a aprovação da
13 nova regulamentação. Não havendo mais inscritos, a Reitora colocou
14 em regime de votação se o Conselho faria ou não o debate do Processo
15 e foi aprovado com 12 (doze) votos favoráveis, 02 (dois) contrários e 1
16 (uma) abstenção, o debate e deliberação do Processo. O Conselheiro
17 Aurélio Pereira declarou seu voto contrário pelo fato de que o processo
18 foi disponibilizado no dia da reunião, não seguiu os trâmites adequados
19 e sem manifestação da administração. O Conselheiro Orlando Fogaça
20 declarou seu voto contrário, mencionando a quebra do acordo de não
21 analisar esse tipo de processo antes dos critérios definidos pela
22 comissão. A Reitora abriu para o debate o mérito da solicitação em
23 relação ao Ofício nº 002/2025, encaminhado pela Comissão de três da
24 Universidade Estadual de Londrina, com o seguinte teor:
25 “Ilustríssimos/as Diretores/as, cumprimentando-os/as venho propor a
26 esta direção, apoio financeiro para custear transporte de jovens do
27 movimento estudantil da Universidade Estadual de Londrina para
28 participar como delegados(as) do 60º Congresso Nacional da UNE
29 (CONUNE), que acontecerá nos dias 16 de julho a 20 de julho, na
30 cidade de Goiânia (GO). Esse fórum deliberativo da UNE tem o objetivo
31 de reunir os representantes dos diretórios e centros acadêmicos de
32 todo o Brasil assim como alunos comprometidos com o movimento
33 estudantil das universidades públicas e privadas para atualizar a pauta,
34 discutir e aprovar resoluções e ações do movimento estudantil além de
35 eleger a nova diretoria da própria UNE. Além disso, o CONUNE é um
36 evento do movimento estudantil organizado de norte a sul do Brasil, e
37 que visa construir uma síntese acerca da conjuntura nacional atual,
38 desde seus desafios internacionais, como o fortalecimento do campo
39 reacionário da direita, bem como o permanente processo de retirada de
40 direitos da classe trabalhadora e sua juventude, que comporá o
41 conjunto da classe trabalhadora nos anos futuros. Temos a consciência
42 consolidada no sentido de que a luta da juventude deve estar alinhada

1 aos objetivos e interesses estratégicos da classe trabalhadora e do
2 movimento sindical além das necessidades locais dos estudantes e da
3 Universidade Est. de Londrina. Por fim, para garantirmos que o
4 CONUNE ocorra com representação e participação dos estudantes da
5 UEL, e para que possamos ter jovens paranaenses que levem ao
6 Congresso as reivindicações da classe trabalhadora local, temos
7 necessidades materiais como o transporte desses jovens que muitos
8 são também trabalhadores precarizados ou desempregados, portanto,
9 sem condições de custear o deslocamento. Também pontuamos que
10 este é um esforço coletivo de diversas entidades estudantis e
11 organizações políticas, em unidade, em prol de um objetivo maior, a
12 organização do movimento estudantil. Na UEL, os delegados similares
13 a quantia de alunos que a UNE define através de seu edital pelo critério
14 de 1 (um) estudante para cada 1000 (mil) corresponde a 13 alunos, que
15 foram eleitos através de processo eleitoral e democrático encabeçado
16 pelo movimento estudantil da UEL e a Comissão de 3 inscrita no
17 CNECO e uma quantia de 2 suplentes para cada delegados,
18 correspondendo a 26 alunos, porém, considerando a necessidade de
19 observadores para garantir que o processo ocorra de forma solicitada,
20 contabilizamos de 40 a 45 vagas. Para garantir a ida das delegações
21 eleitas nas universidades paranaenses, precisaríamos de custeamento
22 correspondente ao valor para a compra de todas as passagens ou a
23 fretagem de um ônibus em valor similar que seja capaz de comportar,
24 no mínimo, os delegados eleitos”. A Divisão de Transportes da Prefeitura
25 do Campus, informou que não será possível atender ao pedido com a
26 frota da UEL e encaminhou o orçamento de fretamento de 01 (um)
27 ônibus de 42 lugares pelo contrato com a Empresa Rodrigues e Couto
28 Ltda, no valor total de R\$ 18.370,00 (dezoito mil, trezentos e setenta
29 reais). A Diretoria de Orçamento da Proplan informa que há
30 disponibilidade orçamentária com recursos próprios da Universidade
31 nos elementos despesa considerados, não havendo óbice para
32 liberação. A estudante Pâmela Gomes explicou que o evento,
33 COMUNE, é o maior espaço de organização do movimento estudantil
34 brasileiro, onde estudantes de todas as regiões debatem e definem
35 caminhos para a educação. Destacou que é um espaço fundamental
36 para formação política, social e popular, sem propagar ideologia única,
37 e que o debate sobre a LGU (Lei Geral das Universidades) é central,
38 buscando mais autonomia para as universidades. Enfatizou que o custo
39 do transporte (R\$18.000,00) seria o único pedido à universidade, sendo
40 o restante (hospedagem etc.) custeado pelos próprios estudantes.
41 Mencionou que o apoio da universidade representa, acima do
42 financeiro, um posicionamento político e pedagógico em defesa da

1 formação integral, autonomia universitária e educação pública como
2 direito social. O membro do movimento estudantil e delegado eleito,
3 Alyn Roberto Antunes Batarce, fez uso da palavra com a autorização
4 do conselho. Ele explicou o processo de eleição democrática dos
5 delegados, com mais de 1.500 votos de estudantes de todos os centros
6 da UEL, elegendo 13 delegados para 13.000 estudantes (1 a cada
7 1000). Ressaltou a importância desses delegados para representar a
8 UEL em discussões nacionais. A estudante, membro da Comissão de
9 3, Clara Alice Brispo Malta, esclareceu que a urgência do pedido se deu
10 porque o processo eleitoral dos delegados só pôde ocorrer após o
11 CONEG e o CONEB (congressos nacionais de entidades gerais e de
12 base) em janeiro e abril, respectivamente, algo fora do controle dos
13 estudantes. Pediu desculpas pelo atraso. Informou que a solicitação
14 representava 13 delegados e 26 suplentes (três por delegado). Leu
15 uma carta da comissão de três (C3), explicando que essa comissão,
16 definida em edital oficial da UNI, foi responsável pela direção e garantia
17 do processo eleitoral. Mencionou que, após assembleia geral dos
18 estudantes em 6 de junho, a comissão eleitoral foi eleita, e as eleições
19 para o congresso nacional ocorreram em 9 e 10 de junho, totalizando
20 1.113 votos que elegeram os 13 delegados e seus suplentes. Enfatizou
21 a necessidade de representar os direitos da UEL e dos estudantes
22 paranaenses no congresso, com participação de alunos de todos os
23 centros. O estudante Alim confirmou que a eleição da UEL foi
24 completamente reconhecida e homologada pela UNI em Curitiba no dia
25 anterior, validando o processo eleitoral. Prof. Edmilson Lenardão
26 justificou seu voto favorável à solicitação, lembrando que o argumento
27 contrário em reuniões anteriores se referia à presença de não-membros
28 da comunidade universitária nas viagens, o que não é o caso atual, pois
29 todos são estudantes da UEL. Mencionou a aprovação recente de
30 subsídio para viagem de representantes indígenas a Brasília. Declarou
31 seu apoio ideológico e político à participação estudantil, defendendo o
32 fortalecimento do movimento e a liberdade de participação. A prof^a Inês
33 Cristina de Batista Fonseca colocou-se favorável à participação dos
34 estudantes e à aprovação para os 13 delegados. Aurélio reforçou a
35 importância da presença estudantil em todas as reuniões do conselho,
36 não apenas em assuntos de interesse direto dos estudantes, para
37 opinar sobre a gestão da universidade. Questionou a posição da
38 administração diante do parecer da PROPLAN, que não enquadrava a
39 matéria como viagem acadêmica e a ausência de norma específica que
40 autorizasse. A Reitora afirmou que a administração era favorável à
41 liberação, assim como em outras situações, por isso o assunto foi
42 trazido ao conselho para debate e o GT foi instalado para refinar a

1 norma institucional. Esclareceu que a norma regula atividades
2 acadêmicas, mas as não acadêmicas diretamente vinculadas a
3 programas são debatidas no conselho, que tem autonomia para acatar
4 ou não a solicitação com base na possibilidade financeira. A Profª Laura
5 Brandini informou que o processo foi lido no dia da reunião. Mencionou
6 o valor de R\$18.370,00 para a contratação da empresa de transporte.
7 Confirmou que a PROPLAN informou a disponibilidade de recursos
8 para este momento específico. Questionou sobre a possibilidade de
9 reduzir o custo para apenas três delegados, mas o Diretor de Serviços
10 da PCU, Daniel Corrêa informou que um ônibus menor ou maior para o
11 total de 42 lugares (para os 13 delegados e suplentes) teria o mesmo
12 custo. Laura se declarou favorável à aprovação do ônibus completo.
13 Não havendo mais manifestações a Reitora colocou em regime de
14 votação e o Conselho aprovou a demanda apresentada pelos
15 estudantes de viabilização de transporte no valor de R\$18.370,00, com
16 9 (nove) votos favoráveis, 2 (dois) contrários e 2 (duas) abstenções.
17 Prof. Silvano César da Costa declarou seu voto contrário, mencionando
18 a ausência do prof. Alan Felinto, por motivo de saúde e que não havia
19 lido o processo, que não foi instruído de forma adequada, e a ausência
20 de parecer jurídico específico, além da preocupação com a mistura de
21 ser estudante da universidade e da UNE (entidade externa). O
22 estudante Giovane agradeceu e ressaltou a importância da UNE como
23 direito conquistado por muita luta para a representação nacional dos
24 estudantes brasileiros. Enfatizou a necessidade de os estudantes
25 serem escutados e ocuparem espaços, pois são o futuro da
26 universidade. Finalizou reforçando a luta por uma educação de
27 qualidade, enfrentando os ataques e defendendo a união de
28 trabalhadores e estudantes para a transformação do Brasil. A Reitora
29 agradeceu a participação dos estudantes, reforçando que a
30 universidade existe por causa deles, e expressou o desejo de vê-los
31 como representantes oficiais no Conselho Universitário. Pediu que se
32 ausentassem para a continuidade da pauta. **2) Processo 20.003.546-**
33 **1 - GR - Revisão das Resoluções CA 180 e 163/2009. Continuação**
34 **da discussão. (Relatora: Profa. Dra. Marta Regina Gimenez**
35 **Favaro).** A Reitora retomou os trabalhos para continuar a discussão da
36 reformulação das resoluções, especificamente no Artigo 3º (Antigo
37 Parágrafo 3º do Artigo 2º). A Reitora lembrou que o parágrafo 3º do
38 Artigo 2º original estava com texto "poluído" e ambíguo quanto ao termo
39 "ingressantes". A PRORH sugeriu um novo texto: "As disposições
40 contidas no artigo 2º não se aplicam aos docentes em regime de
41 trabalho TIDE que exerçam atividade exclusivamente de ensino".
42 Houve consenso para que este texto se tornasse um novo artigo (Artigo

1 3º na nova composição). Foi adicionado um parágrafo único, no Artigo
2 3º (Proposto), com a seguinte redação: "Os docentes em regime de
3 trabalho TIDE que exerçam atividade exclusivamente de ensino,
4 deverão ter no mínimo 18 horas ensino, semana, ano letivo em sala de
5 aula, nos cursos de graduação". A Reitora destacou que isso está de
6 acordo com a lei (LGU), que permite até 10% dos docentes TIDE nesta
7 condição. Artigo 4º (Antigo Artigo 3º). Este artigo tratava da
8 responsabilidade do conselho de departamento em avaliar e deliberar
9 sobre as "demais atividades docentes complementares", respeitando o
10 regime de trabalho de cada docente. A menção do termo
11 "complementares" gerou descontentamento e confusão nas bases.
12 Diversas sugestões foram apresentadas por centros e câmaras: CCS,
13 Câmara de Pesquisa e CCB - sugeriram a supressão do termo
14 "complementares". CLCH - sugeriu que o artigo fosse complementado
15 com a previsão de normativa específica e um sistema de gestão da
16 informação para nortear o processo e garantir isonomia. CECA -
17 preocupou-se com a diminuição da indissociabilidade entre ensino,
18 pesquisa e extensão ao classificá-las como "obrigatórias" e
19 "complementares", rebaixando a universidade a um centro de ensino.
20 CCA - sugeriu incluir que as demais atividades são "necessárias ao
21 cumprimento das finalidades da Universidade Estadual de Londrina". A
22 Reitora reconheceu a preocupação com a responsabilidade do chefe
23 de departamento e a necessidade de orientar as instâncias sobre a
24 distribuição de todas as atividades, indo além da contagem "hora a
25 hora", mas garantindo que tudo seja coberto. A Profª Inês argumentou
26 que o chefe de departamento deveria distribuir apenas o que é "oferta
27 obrigatória" (disciplinas, orientações de *stricto sensu*), e não atividades
28 opcionais como pesquisa. A Profª Andreia argumentou que a resolução
29 não deveria delegar atividades, pois o regimento e estatuto já definem
30 as atribuições de chefes e coordenadores. Defendeu que o foco deve
31 ser qualificar as atividades docentes e preencher a carga horária
32 mínima. Profª Tânia Muniz pontuou que, ao aprovar um projeto de curso
33 (graduação ou pós-graduação), o departamento assume o
34 compromisso de atender às atividades ali previstas, e cabe ao chefe
35 garantir o cumprimento, mesmo que haja substituições de docentes.
36 Profª Eloísa Rodrigues sugeriu substituir "complementares" por
37 "variáveis" e reforçou a importância de o conselho de departamento
38 deliberar sobre a distribuição para garantir transparência e apoio ao
39 chefe. Após extenso debate sobre o papel do chefe de departamento
40 na distribuição das atividades acadêmicas e a necessidade de respaldo
41 e transparência, foi proposta e aprovada uma nova redação para o
42 Artigo 4º e um novo Artigo 5º, conforme segue: "Artigo 4º Cumprindo o

1 disposto no artigo 2º, caberá ao chefe a distribuição das atividades
2 (item 2, anexo 1) vinculadas ao departamento, respeitando o regime de
3 trabalho de cada docente, devendo ao final levar ao conhecimento do
4 Conselho Departamental". "Artigo 5º O Conselho Departamental,
5 respeitando o disposto nesta resolução, deverá definir os critérios
6 internos de distribuição das atividades vinculadas ao departamento".
7 Foi acordado que a ordem dos artigos 4º e 5º seria revisada
8 posteriormente, mas as ideias de que o chefe distribui e o conselho
9 departamental define os critérios internos para essa distribuição foram
10 estabelecidas. A Reitora encerrou a discussão deste ponto, informando
11 que a próxima reunião extraordinária daria continuidade a partir do
12 Artigo 6º (que corresponde ao Artigo 4º do texto original). Nada mais
13 havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Deise Mary Garbelini
14 Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados Superiores,
15 lavrei esta ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim
16 e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

17
18 Marta Regina Gimenez Favaro
19 Reitora

20
21 Airton José Petris
22 Vice-Reitor

23
24 Laura Tadei Brandini
25 Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

26
27 João Antonio Cyrino Zequi
28 Diretor do Centro de Ciências Biológicas

29
30 Alex Eduardo Gallo
31 Vice-Diretor do Centro de Ciências Biológicas

32
33 Silvano Cesar da Costa
34 Vice-Diretor do Centro de Ciências Exatas

35
36 Miguel Belinati Piccirillo
37 Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

38
39 Andréia Name Colado Simão
40 Diretora do Centro de Ciências da Saúde

41
42 Carrie Chueiri Ramos Galvan
43 Vice-Diretora do Centro de Ciências da Saúde

44
45 Edmilson Lenardão
46 Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

47
48

Livro nº 39 - CA

1	Inês Cristina de Batista Fonseca	_____
2	Diretora do Centro de Ciências Agrárias	
3		
4	Patrícia Mendes Pereira	_____
5	Vice- Diretora do Centro de Ciências Agrárias	
6		
7	Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues	_____
8	Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo	
9		
10	Orlando Mendes Fogaça Júnior	_____
11	Diretor do Centro de Educação Física e Esportes	
12		
13	Gildomar Santos Silva	_____
14	Representante dos Servidores Técnicos Administrativos	
15		
16	Aurélio Pereira	_____
17	Representante dos Servidores Técnicos Administrativos	
18		
19	Pâmela Gomes de Ramos	_____
20	Representante discente	
21		
22	Azenil Staviski	_____
23	Pró-Reitor de Administração e Finanças	
24		
25	Alécio Fontes	_____
26	Representando a Pró-Reitoria de Planejamento	
27		
28	Ana Luisa Boavista Lustosa Cavalcante	_____
29	Representado a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Sociedade	
30		
31	José Luiz Alduan	_____
32	Pró-Reitor de Recursos Humanos em exercício	
33		
34	Ana Márcia Tucci de Carvalho	_____
35	Pró-Reitora de Graduação	
36		
37	Silvia Meletti	_____
38	Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação	